

Resposta a pergunta escrita sobre corrupção no sector mineiro na República Democrática do Congo, dada por Andris Piebalgs em nome da Comissão

11.01.2011

A União Europeia e os seus Estados-Membros abordam regularmente a questão da luta contra a corrupção na República Democrática do Congo (RDC) e questões gerais de governação no seu diálogo regular com as autoridades da RDC.

No que diz respeito à retirada ilegal das licenças de extracção, facto que levantou protestos a nível internacional, procedeu-se a uma revisão geral dos contratos de extracção celebrados entre a RDC e alguns parceiros. Este exercício foi incentivado pela comunidade internacional, incluindo o Banco Mundial.

Relativamente a casos individuais, a Comissão considera que compete à RDC garantir decisões transparentes e justas, tendo em conta os interesses genuínos de todas as partes envolvidas. O não cumprimento deste princípio ou a promoção de práticas injustas pode ter como resultado uma nova deterioração do clima empresarial e de investimento no país, o que afectará ainda mais as perspectivas de desenvolvimento da RDC.

Actualmente, o caso mais emblemático diz respeito a um litígio preocupante entre a RDC e o grupo canadiano «First Quantum Minerals», em relação às instalações mineiras de «Kingamyambo Musonoi Tailings» (KMT), e que envolve, entre outros, financiamento do Banco Mundial (SFI).

Segundo as últimas informações da Comissão, este litígio está a ser examinado por tribunais arbitrais internacionais. Um primeiro acórdão recente do Tribunal Arbitral em Paris sobre o processo da «First Quantum Minerals» decidiu a favor da RDC, mas a Comissão continuará a examinar os pormenores e a evolução deste processo.

No que se refere ao programa de apoio do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, a União Europeia está já empenhada na luta contra a impunidade (apoio à Justiça e à Polícia) e no apoio à boa governação pública, em especial a gestão das finanças públicas.

No que diz respeito mais especificamente ao sector mineiro, a Comissão está a colaborar com o Banco Mundial e com outros membros da comunidade internacional na identificação de um conjunto de medidas concretas com vista a melhorar o clima empresarial e a governação no sector.